

SUMÁRIO

AJUDE O AUTOR A MANTER ESTA OBRA.....	7
SOBRE O AUTOR	9
OBRAS DO AUTOR.....	13
1. Livros Individuais	13
2. Livros Coletivos	14
3. Capítulos de Livros Publicados.....	16
4. Artigos Publicados em Revistas Jurídicas.....	22
AGRADECIMENTOS.....	31
ABREVIATURAS E SIGLAS	59
LISTA DE FIGURAS	65
LISTA DE QUADROS.....	67
LISTA DE DIVERGÊNCIAS.....	69
APRESENTAÇÃO	73
COMO USAR ESTE LIVRO (INTERATIVIDADE).....	79
FONTES DE CONHECIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	85
1. Recopilações de leis e atos normativos	85
2. Jurisprudência	86
3. Tratados, cursos e manuais	96
4. Revistas jurídicas (impressas e on-line).....	99
5. Internet	119
6. Buscadores, repositórios e redes sociais	122
7. Catálogos.....	123
8. Legislação	129
9. Diários Oficiais	129
10. Diário da Justiça.....	131
11. Bancos de dados.....	132
12. Prática administrativa.....	133
13. Casotecas.....	133
14. Institutos de direito administrativo.....	134
15. Arbitragem	136

PARTE V
MANIFESTAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DA VONTADE
ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO XVIII - MEIOS OU FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA
VONTADE ADMINISTRATIVA 141

18.1 Manifestação da vontade sem liberdade e com liberdade 141

18.1.1 Tomada de eleição ou decisão 144

18.1.1.1 Distinção entre eleição e decisão 145

18.1.1.2 Decisão administrativa 148

18.1.2 Ambientes decisório 148

18.1.3 Aspecto temporal da decisão 149

18.1.4 Sujeito que decide 150

18.1.5 Processos, métodos e técnicas para tomada de eleição/decisão 151

18.1.5.1 Racionalidade delimitada 154

18.1.5.2 Incrementalismo 155

18.1.5.3 Planejamento compreensivo 155

18.1.5.4 Trocas justas 155

18.1.5.5 Adoção de decisões humildes 156

18.1.6 Etapas passos ou fases-chave nas tomadas de eleições/decisões 157

18.1.6.1 Condutas comissivas e omissivas 162

18.1.6.2 Decisão administrativa subjetiva 163

18.2 Classificações em torno dos diversos grupos de subjetividade ou autonomia
pública 164

18.2.1 Vinculado, discricional ou graciável 165

18.2.2 Vinculado, facultativo ou faculdade e discricional 166

18.2.3 Conformadora, discricional e apreciativa 166

18.2.4 Vinculada, discricionariedade e margem de livre apreciação de conceitos
indeterminados 167

18.3 Fases evolutivas e cronologicamente distintas das subjetividades ou
autonomias públicas 171

18.3.1 Arbitrium e a origem da terminologia arbitrariedade 171

18.3.2 Discreto e o surgimento do termo discricionariedade 177

18.3.2.1 Estado liberal ou mínimo e a absoluta discricionariedade 182

18.3.2.2 Estado intervencionista e a maturação da discricionariedade 194

18.3.2.3 Estado pós-moderno e os novos enfrentamentos da discricionariedade 204

18.4 Distintas valorações subjetivas nas funções, formas e meios de atuação da atividade administrativa	207
18.4.1 Vinculatividade	208
18.4.2 Subjetividades ou autonomias públicas	210
18.5 Liberdade de conformação ou de configuração	212
18.6 Discricionariedade administrativa em seu sentido técnico-jurídico.....	217
18.6.1 Multidisciplinaridade do estudo da discricionariedade administrativa e sua dificuldade de definição	217
18.6.1.1 Principais contribuições da filosofia e da teoria geral do direito	221
18.6.2 Teorias, escolas, épocas ou conceitos de discricionariedade	223
18.6.2.1 Discricionariedade como consequência da relação entre a atividade administrativa e a lei	223
18.6.2.2 Discricionariedade como fruto do controle judicial da atividade administrativa.....	224
18.6.2.3 Discricionariedade como âmbito de independência da Administração	225
18.6.2.4 Discricionariedade como núcleo de decisão final.....	225
18.6.2.5 Discricionariedade como dever de adotar a solução mais adequada	226
18.6.3 Equivocidade e plurissignificado do termo discricionariedade	226
18.6.4 Tipos de decisões discricionais	228
18.6.4.1 Discricionariedades fraca e forte.....	228
18.6.4.1 Discricionariedades forte e instrumental.....	230
18.6.4.3 Discricionariedade por adjudicação e por negociação	231
18.6.4.4 Discricionariedade formal/informal e provisória/final.....	232
18.6.4.5 Discricionariedade processual e material.....	232
18.6.4.6 Discricionariedade de decisão e de trâmite.....	233
18.6.4.7 Discricionariedade do procedimento e do iter	233
18.6.4.8 Visão crítica desses tipos de decisão discricional.....	233
18.6.5 Modalidades discricionais.....	234
18.6.6 Conceito de discricionariedade administrativa	235
18.6.6.1 Diferenças entre discricionariedade potencial e efetiva.....	240
18.6.6.1.1 Atrofia, míngua ou redução da discricionariedade administrativa a zero ou a um.....	248
18.6.6.2 Distinção entre a discricionariedade de atuação e a discricionariedade de eleição	252
18.6.7 Divergência quanto aos elementos essenciais da definição da discricionariedade	256
18.6.8 Elementos constitutivos do conceito.....	259
18.6.8.1 Margem de liberdade/autonomia/volição.....	260

18.6.8.1.1 Principais motivos pelos quais se concede discricionariedade ao administrador.....	261
18.6.8.1.2 Vantagens e desvantagens de um sistema baseado em normas discricionais.....	264
18.6.8.1.3 A relativização da margem de liberdade/autonomia/volição.....	267
18.6.8.2 Administração Pública como sujeito.....	270
18.6.8.3 Dever de atender aos interesses públicos.....	271
18.6.7.8.1 Dever discricional.....	273
18.6.8.4 A norma jurídica como única fonte ordinária da discricionariedade administrativa.....	277
18.6.8.4.1 Delegação legislativa expressa, consciente e intencional.....	278
18.6.8.4.2 Norma jurídica.....	281
18.6.8.4.3 A discricionariedade administrativa e sua relação com as ações deônticas.....	283
18.6.8.4.4 A discricionariedade administrativa nos componentes lógico-estruturantes da norma jurídica de competência e de conduta.....	284
18.6.8.4.4.1 Doutrinas sobre a localização da discricionariedade nos componentes lógico-estruturantes da norma jurídica.....	286
18.7 Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados.....	295
18.7.1 Surgimento da doutrina dos conceitos jurídicos indeterminados e a ideia de “livre discricionariedade”.....	296
18.7.2 Superação do caráter incontrolável dos conceitos jurídicos indeterminados e a doutrina da margem de livre apreciação.....	300
18.7.2.1 Correntes que admitem uma margem de livre apreciação isenta do controle judicial.....	302
18.7.2.2 Correntes que estimam injustificada a isenção de controle judicial.....	305
18.7.3 A margem de livre apreciação nos componentes lógico-estruturais da norma jurídica.....	307
18.7.4 Concepção de termo legal ou conceito jurídico indeterminado.....	310
18.7.4.1 Incerteza semântica responsável pelas dificuldades de determinação dos sentidos normativos.....	313
18.7.4.2 Discricionariedade técnica.....	317
18.7.5 Conceito (juízo) de prognose.....	329
18.7.6 Estrutura dos conceitos jurídicos indeterminados.....	331
18.7.7 Teoria da multivalência ou da duplicidade e teoria da univocidade ou da unicidade.....	334
18.7.8 Nossa posição quanto aos conceitos jurídicos indeterminados.....	336
18.8 Apreciatividade administrativa.....	339

18.8.1 Admissão pela doutrina de outras formas de subjetividade ou autonomias públicas que não as até aqui estudadas	339
18.8.2 As diferentes nomenclaturas relacionadas com a apreciatividade	344
18.8.3 Atividade apreciativa da Administração	347
18.8.4 Conceito de apreciatividade administrativa	352
18.8.5 Elementos constitutivos do conceito	353
18.8.5.1 Margem relativa de liberdade/autonomia/volição que se projeta sobre fatos e critérios interpretativos	353
18.8.5.1.1 Conduta comissiva ou omissiva	359
18.8.5.2 Existente em toda tomada de decisão na qual o agente público utiliza uma operação de discernimento ou ajuizamento para aplicar a norma, usando-se de critérios e subcritérios, ponderando interesses e fatores em conflito e atribuindo pesos relativos às opções	360
18.8.5.2.1 Servidores que atuam na linha de frente ou que têm contato direto com os cidadãos como sujeitos (street-level bureaucrats)	361
18.8.5.2.2 Criadores de políticas públicas.....	362
18.8.5.2.3 Principais características dos agentes que possuem apreciatividade	364
18.8.5.2.4 Tipos de condutas apreciativas.....	365
18.8.5.3 Decorrentes das indeterminações do Direito, como o conteúdo do Direito, os defeitos do sistema jurídico, da interpretação sistemática de um conjunto de normas e, principalmente, do exercício funcional.....	366
18.8.5.3.1 Fontes habilitadoras da apreciatividade	374
18.8.5.3.2 Diferentes fontes habilitadoras como modificadoras de eleições/decisões	390
18.8.6 Apreciatividade nas ações não deônticas, sem prévio procedimento administrativo e não tendo, necessariamente, um ato administrativo formal ao final de seu exercício.....	393
18.8.6.1 Apreciatividade nas atividades técnicas ou materiais e na coação administrativa.....	394
18.8.6.2 Ausência de ato administrativo	399
18.8.7 Atendendo aos interesses públicos.....	400
18.8.8 Distinções entre apreciatividade e conceitos afins.....	400
18.8.8.1 Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados...400	
18.8.8.2 Poder gracioso	402
18.8.8.3 Interna corporis	404
18.9 Diferença entre as formas de subjetividades/autonomias públicas	405
18.10 Arbitrariedade	412
18.10.1 Interdição ou proibição da arbitrariedade	418

18.10.2 Interdição ou proibição de acoplamento 419

CAPÍTULO XIX - DEVERES-PODERES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 421

19.1 Poder-dever ou dever-poder 421

19.2 Características dos deveres-poderes..... 424

19.2.1 Caráter instrumental 424

19.2.2 Caráter irrenunciável e obrigatório 424

19.3 Teoria dos poderes implícitos (inherent powers) 424

19.4 Elenco dos principais deveres-poderes 426

19.5 Dever-poder de satisfação aos interesses públicos, à boa administração, à eficiência e ao resultado 429

19.5.1 Dever-poder de observância à legalidade 432

19.5.2 Dever-poder de observância da legitimidade 433

19.5.3 Dever-poder de observância da licitude 434

19.5.4 Dever-poder de observância dos direitos humanos 435

19.5.5 Pedra angular dos limites à tomada de decisão administrativa 437

19.6 Dever-poder normativo e regulamentar 438

19.6.1 Dever-poder de realizar políticas públicas 442

19.6.2 Dever-poder de estabelecer códigos de ética ou deônticos 445

19.7 Dever-poder organizatório (hierárquico ou de direção)..... 446

19.7.1 Dever-poder de planejar 448

19.7.2 Dever-poder de ordenar, de obediência e de rejeição 449

19.7.3 Dever-poder de coordenar 452

19.7.3.1 Dever-poder de estabelecer normas intrapessoais internas (diretrizes) 453

19.7.3.2 Dever-poder de criação de manuais administrativos 455

19.7.4 Dever-poder de dirimir conflitos de atribuição entre os subordinados 456

19.7.5 Dever-poder consultivo e de emissão de informes ou relatórios 456

19.7.6 Dever-poder de supervisionar, inspecionar, vigiar, fiscalizar, inspecionar ou controle 458

19.7.7 Dever-poder de observância à sua própria intuição, experiência e lógica 458

19.7.8 Dever-poder de capacitações e treinamento de pessoal 460

19.7.9 Dever-poder de transmitir ensinamentos (escola de formação de pessoal) 461

19.7.10 Dever-poder de observância dos costumes; das práxis, das práticas e dos usos administrativos; e dos precedentes administrativos 462

19.7.10.1 Lex artis e malpraxis 465

19.7.11 Dever-poder de designar atribuições.....	466
19.7.12 Dever-poder de reexaminar, corrigir ou revisar.....	467
19.8 Dever-poder de servir.....	468
19.8.1 Dever-poder de execução de serviços.....	468
19.8.2 Dever-poder de realização de processo seletivo para contratação de pessoal.....	469
19.8.3 Dever-poder de ser diligente.....	469
19.8.4 Dever-poder de cuidado.....	470
19.8.5 Dever-poder de lealdade.....	470
19.8.6 Dever-poder de honestidade.....	471
19.8.7 Dever-poder de probidade.....	471
19.8.8 Dever-poder de prestar contas.....	471
19.8.9 Dever-poder de considerar as consequências da decisão.....	473
19.8.10 Dever-poder de informar ou manter sigilo.....	476
19.8.11 Dever-poder de registro.....	477
19.8.12 Dever-poder de guarda, aprimoramento e conservação.....	478
19.8.13 Dever-poder de manutenção.....	478
19.8.14 Dever-poder de elaborar laudo técnico.....	479
19.8.15 Dever-poder de observância da jurisprudência e da doutrina.....	479
19.9 Dever-poder de observância dos princípios jurídicos.....	481
19.9.1 Dever-poder de impessoalidade.....	481
19.9.2 Dever-poder de moralidade, da boa-fé e da proteção da confiança ou expectativa legítima.....	482
19.9.3 Dever-poder de segurança jurídica.....	484
19.9.4 Dever-poder de publicidade.....	484
19.9.5 Dever-poder de imparcialidade ou isonomia.....	486
19.9.6 Dever-poder de conceder oportunidade a cada indivíduo de participar...	488
19.10 Dever-poder de manifestar suas vontades.....	489
19.10.1 Dever-poder de fundamentar a sua decisão.....	490
19.10.2 Dever-poder de racionalidade.....	492
19.10.3 Dever-poder de razoabilidade.....	493
19.10.4 Dever-poder de proporcionalidade.....	493
19.10.5 Dever-poder observar a máxima objetividade.....	495
19.10.6 Dever-poder anulatório.....	495
19.10.7 Dever-poder revogatório/substitutivo.....	496
19.10.8 Dever-poder convalidatório/sanatório.....	497
19.11 Dever-poder de firmar e cumprir acordos, contratos e convênios administrativos.....	497

19.11.1 Dever-poder de licitar	498
19.11.2 Dever-poder concedente.....	499
19.11.3 Dever-poder rescisório	499
19.11.4 Dever-poder de cumprimento das promessas	500
19.12 Dever-poder de planejar e planificar.....	503
19.13 Dever-poder sancionatório/disciplinar	505
19.13.1 Dever-poder de apurar.....	506
19.13.2 Dever-poder de representar (denunciar/prestar queixa).....	506
19.13.3 Dever-poder de consentimento	507
19.13.4 Dever-poder de fiscalização.....	507
19.13.5 Dever-poder cautelar e de cautela	507
19.14 Dever-poder de conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural	509
19.15 Dever-poder desapropriatório/expropriatório	510
19.15.1 Dever-poder de indenizar o desapropriado/expropriado.....	510
19.15.2 Dever-poder confiscatório.....	510
19.16 Dever-poder de preservação e precaução ambiental.....	511
19.17 Dever-poder de recuperação ambiental.....	513
19.18 Dever-poder do devido processo legal.....	513
19.18.1 Dever-poder do conferir ampla defesa e contraditório	514
19.18.2 Dever-poder de notificação pessoal	515
19.19 Dever-poder de sanar as pretensões reintegratórias dos particulares.....	517
19.19.1 Dever-poder de ressarcir, restabelecer, reconstruir e restituir.....	518
19.20 Dever-poder de controle.....	519
19.21 Dever-poder de observância ao direito internacional público geral ou comum.....	520
19.22 Dever-poder de observância ao direito comunitário	521
19.23 Dever-poder de observância do direito internacional convencional	523
19.24 Dever-poder de observância do direito proveniente de organizações internacionais	524
19.25 Outros deveres-poderes	525

CAPÍTULO XX - PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
.....527

20.1 Atividades administrativas, procedimentos e processos	527
20.2 Diferença entre procedimento e processo administrativo	532
20.2.1 Diferença entre processo administrativo e processo judicial	535

20.3 Conceito de procedimento administrativo	536
20.3.1 Elementos constitutivos do conceito	537
20.3.1.1 Sucessão dinâmica e concatenada de atos administrativos	537
20.3.1.2 Manifestação de vontade específica de forma relativamente autônoma, coerente e lógica.....	538
20.3.1.3 Objetivo de expedir/produzir ou desfazer um ato administrativo ou uma decisão administrativa final.....	539
20.3.1.4 Para realizar uma atividade ou função administrativa	539
20.4 Conceito de processo administrativo	540
20.4.1 Elementos constitutivos do conceito	540
20.4.1.1 Relação jurídica estabelecida entre as partes	540
20.4.1.2 Partes envolvidas em controvérsia ou litígio	540
20.4.1.3 Dá-se por meio do procedimento administrativo e do contraditório.....	541
20.4.1.4 Interessados confrontam direitos, deveres e participam da formulação de decisão administrativa final.....	541
20.5 Classificação de procedimento ou processo administrativo.....	542
20.6 Fins e funções dos procedimentos administrativos.....	544
20.6.1 Satisfação dos interesses públicos.....	544
20.6.2 Proteção dos direitos dos administrados	545
20.6.3 Melhor cumprimento dos fins da Administração.....	545
20.6.4 Garantia da democracia por meio da participação dos interessados	546
20.6.5 Previsibilidade e confiança	548
20.6.6 Meio de evitar arbitrariedade	549
20.6.7 Instrumento de controle.....	549
20.6.8 Redução da litigiosidade	550
20.6.9 Expedição/produção ou o desfazimento do ato ou decisão final	550
20.6.10 Documentar a atividade estatal	550
20.7 Necessidade de procedimento ou processo administrativo para emissão de atos administrativos.....	551
20.8 Procedimento e processo administrativo devido e formal	552
20.9 Obrigação de meio e não de resultado	555
20.10 Princípios setoriais do procedimento e do processo administrativo	556
20.10.1 Oficialidade	557
20.10.2 Gratuidade	558
20.10.3 Devido processo legal	558
20.10.4 Ampla defesa e contraditório	559
20.10.5 Pluralidade de instâncias ou recorribilidade das decisões administrativas	561

20.10.6 Formalismo moderado (informalismo/utilidade ou efetividade)	562
20.10.7 Celeridade, transparência e linguagem de fácil compreensão	563
20.10.8 Verdade material	564
20.10.9 Publicidade	566
20.10.10 Motivação	566
20.10.11 Lealdade e boa-fé	567
20.10.12 Imparcialidade	567
20.10.13 Identidade física do julgador	568
20.11 Modalidades procedimentais ou processuais	569
20.12 Fases e trâmites	571
20.12.1 Instauração/iniciação	571
20.12.1.1 Admissibilidade	572
20.12.1.2 Denúncia anônima	574
20.12.1.3 Forma, tempo e lugar	575
20.12.1.4 Interessados	577
20.12.1.5 Representação/procuração	578
20.12.1.6 Citação e intimação	579
20.12.1.6.1 Intimação em nome da sociedade de advogados	581
20.12.1.6.2 Ônus da intimação das testemunhas	581
20.12.2 Instrução	583
20.12.2.1 Consulta e audiência pública	583
20.12.2.2 Amicus curiae (amigo da Corte)	584
20.12.2.3 Ônus da prova	585
20.12.2.4 Documentos, pareceres, diligências, perícias e alegações	586
20.12.2.5 Busca e apreensão	589
20.12.2.6 Negócio jurídico processual administrativo	589
20.12.2.7 Prazo	590
20.12.2.8 Relatório	592
20.12.3 Julgamento/finalização	592
20.12.3.1 Impedimento e suspeição	592
20.12.3.2 Dever-poder de decisão e motivação	594
20.12.3.2.1 Dever-poder de garantir acesso à informação versus dever-poder de decidir e de se pronunciar	596
20.12.3.2.2 Diferença entre decidir e pronunciar	596
20.12.3.2.3 Dever-poder formal e dever-poder substantivo de decidir	597
20.12.3.2.4 Características do dever-poder de decidir	597
20.12.3.2.5 Motivação explícita, suficiente, clara e congruente	598
20.12.3.3 Decisão coordenada	602

20.12.3.4 Precedente administrativo	602
20.12.3.5 Precedente judicial	606
20.12.3.6 Mudança de lei durante o processo administrativo	608
20.12.3.7 Extinção ou término	610
20.12.4 Recurso.....	611
20.12.4.1 Tipos de recursos.....	611
20.12.4.1.1 Recurso hierárquico (próprio e impróprio)	612
20.12.4.1.2 Pedido de reconsideração ou representação	613
20.12.4.1.3 Recurso de revisão	614
20.12.4.1.4 Recurso de ofício.....	614
20.12.4.2 Impossibilidade de lei exigir garantia como condição para interposição de recursos.....	615
20.12.4.3 Recurso de decisão que viola enunciado da súmula vinculante.....	615
20.12.4.4 Efeito devolutivo e suspensivo.....	616
20.12.4.5 Tramitação e reformatio in pejus	616
20.13 Prazos, preclusão e coisa julgada	619
20.13.1 Contagem de prazos em dias (corridos e úteis), em meses ou em anos.	619
20.13.2 Prazos para o administrado instaurar processos administrativos, apresentação de petições ou interpor recursos	620
20.13.3 Prazos para a Administração Pública rever os seus próprios atos (decadência e prescrição administrativa)	621
20.13.3 Prazos para a Administração Pública aplicar sanções administrativas ..	628
20.13.4 Suspensão e interrupção dos prazos	628
20.13.5 Prazo em dobro quando os litisconsortes possuam diferentes procuradores	629
20.13.6 Preclusão	630
20.13.7 Coisa julgada administrativa	631
20.14 Silêncio administrativo.....	633
20.14.1 Origem da teoria ou da doutrina do silêncio administrativo	634
20.14.2 Situação da teoria no Brasil.....	635
20.14.2.1 Responsabilidade do Estado em casos de silêncio administrativo	636
20.14.2.2 Divergência em torno da natureza jurídica do silêncio administrativo	644
20.14.3 Silêncio como desvio de poder/abuso de poder	648
20.14.4 Constitucionalidade e anormalidade	649
20.14.5 Efeitos positivos e negativos	649
20.14.5.1 Necessidade de previsão normativa	650

20.14.5.2 Efeitos positivos do silêncio administrativo (silêncio positivo – aceitação tácita).....	657
20.14.5.2.1 Natureza jurídica do silêncio positivo.....	661
20.14.5.2.2 Fundamento do silêncio positivo.....	663
20.14.5.2.3 Consequências e limites jurídicos do silêncio positivo.....	664
20.14.5.2.4 Tipos ou espécies de silêncio positivo.....	668
20.14.5.3 Efeitos negativos do silêncio administrativo (silêncio negativo – indeferimento tácito).....	669
20.14.5.3.1 Natureza jurídica do silêncio negativo.....	674
20.14.5.3.2 Fundamento do silêncio negativo.....	677
20.14.5.3.3 Tipos ou espécies de silêncio negativo.....	677
20.14.5.4 Efeitos translativos do silêncio administrativo (silêncio translativo – mudança da autoridade competente para decidir).....	678
20.14.6 Silêncio da Administração e classificações dos silêncios administrativos	680
20.14.7 Requisitos básicos do silêncio administrativo.....	682
20.14.7.1 Procedimento administrativo iniciado de ofício ou pelo interessado e o dever legal de decidir.....	682
20.14.7.2 Inatividade formal ou omissão específica da Administração durante determinado período.....	684
20.14.7.2.1 Solicitação de elementos adicionais para o procedimento (suspensão da contagem do prazo).....	685
20.14.7.2.2 Prorrogação do prazo.....	686
20.14.7.3 Necessária disposição expressa dos efeitos.....	687
20.14.8 Críticas e mecanismos de solução ao silêncio administrativo.....	690
20.14.9 Relações entre os princípios constitucionais e o silêncio administrativo	694
20.14.10 Casos em que não se produz o silêncio administrativo.....	695
20.14.11 Silêncio administrativo e a teoria da invalidez dos atos administrativos	696
20.14.12 Diferenças entre silêncio administrativo e institutos afins.....	697
20.14.12.1 Ato implícito.....	697
20.14.12.2 Inércia administrativa (silêncio preclusivo).....	698
20.14.13 Resolução expressa tardia e revogação dos efeitos do silêncio administrativo.....	705
20.15 Necessidade de processo administrativo como condição de ação para ajuizar demandas contra a Administração.....	709

CAPÍTULO XXI - MEIOS, FORMAS, TÉCNICAS E ETAPAS DE EXTERIORIZAÇÃO OU MATERIALIZAÇÃO DA VONTADE ADMINISTRATIVA	715
21.1 Múltiplos meios ou formas de condutas administrativas	716
21.2 Nossa classificação quanto aos meios ou formas de condutas administrativas	724
21.2.1 Conduta administrativa expressa.....	725
21.2.2 Conduta administrativa tácita ou implícita	726
21.2.3 Conduta administrativa presumida.....	726
21.3 Linguagem escrita como veículo de comunicação administrativa.....	727
21.4 Espécies de meios ou formas de exteriorização ou manifestação da vontade administrativa	727
21.4.1 Ato administrativo unilateral, bilateral ou multilateral	730
21.4.2 Coação administrativa	731
21.4.3 Atividade técnica ou material administrativa.....	732
21.4.4 Atos privados praticados pela Administração	733
21.4.5 Atos políticos ou de governo.....	733
21.4.5 Atos legislativos e judicantes	734
21.5 Técnicas ou etapas para a tomada de decisão e exteriorização ou materialização da vontade administrativa	736
21.5.1 Constatação da capacidade, da competência, da investidura e do caráter organizacional e procedimental.....	737
21.5.2 Verificação das normas, comandos e políticas aplicáveis e realização de suas determinações semânticas	739
21.5.3 Resolução das competências e conflitos normativos	744
21.5.4 Avaliação do complexo fático.....	746
21.5.5 Identificação do problema vigente	748
21.5.6 Atividade que conduz o agente público à decisão	749
21.5.6.1 Classificação dos problemas, dos objetivos a alcançar e do peso ou valoração das alternativas ou opções	751
21.5.6.2 Opção pelas formas e meios viáveis (coleta de informação e elenco de formas e meios preferentes)	753
21.5.6.3 Determinação do momento de utilização das formas e meios	756
21.5.6.4 Aplicar as formas e meios escolhidos aos fatos (conversão da decisão em ação)	757

CAPÍTULO XXII - ATOS ADMINISTRATIVOS UNILATERIAS763

22.1 Surgimento da teoria do ato administrativo763

22.2 Ato administrativo como ato jurídico764

22.3 Conceito de ato administrativo.....765

22.3.1 Elementos constitutivos do conceito.....766

22.3.1.1 Exteriorização ou manifestação de vontade, juízo ou conhecimento do Estado ou de seu representante766

22.3.1.1.1 Automação administrativa (ato administrativo informático ou eletrônico)771

22.3.1.2 Exercendo uma função administrativa775

22.3.1.3 Ter por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos ou obrigações.....777

22.3.1.4 Atendendo sempre aos interesses públicos777

22.3.1.5 Aplicando obrigações tanto a si mesma como a seus administrados778

22.4 Espécie de atos administrativos778

22.5 Atos administrativos unilaterais concretos (atos administrativos propriamente ditos)779

22.5.2 Histórico780

22.5.3 Elementos constitutivos e requisitos de validade do ato administrativo unilateral concreto782

22.5.3.1 Sujeito786

22.5.3.1.1 Capacidade787

22.5.3.1.2 Competência (previsibilidade e comprovabilidade).....788

22.5.3.1.2.1 Decorre da Constituição ou da lei791

22.5.3.1.2.2 Irrenunciabilidade, intransferibilidade, imodificabilidade, improrrogabilidade e imprescritibilidade791

22.5.3.1.2.3 Delegação e avocação792

22.5.3.1.3 Investidura (legitimidade)792

22.5.3.1.4 Alternatividade administrativista793

22.5.3.2 Forma797

22.5.3.2.1 Formalidade (princípio da solenidade e da simetria das formas).....798

22.5.3.2.2 Coerência, consistência e compatibilidade800

22.5.3.2.3 Forma de publicação e transparência802

22.5.3.2.4 Necessidade de motivação803

22.5.3.2.6 Procedimento ou processo.....805

22.5.3.2.7 Comodidade administrativa806

22.5.3.3 Motivo807

22.5.3.3.1 Existência	810
22.5.3.3.2 Suficiente e relevante	810
22.5.3.3.3 Adequabilidade	810
22.5.3.3.4 Congruente, compatível e conforme	811
22.5.3.3.6 Proporcionalidade	812
22.5.3.3.7 Oportunidade administrativa	812
22.5.3.4 Objeto	812
22.5.3.4.1 Possibilidade e licitude	814
22.5.3.4.2 Congruente, compatível e conforme	814
22.5.3.4.3 Eficiência	814
22.5.3.4.4 Conveniência administrativa	815
22.5.3.5 Finalidade	815
22.5.3.5.1 Precisão ou apropriabilidade	819
22.5.3.5.2 Congruente, compatível e conforme	819
22.5.3.5.3 Valorabilidade e harmonizabilidade	819
22.5.3.5.4 Propositividade administrativa	819
22.5.4 Fases da constituição do ato administrativo	820
22.5.4.1 Existência	820
22.5.4.2 Validade	820
22.5.4.3 Eficácia	823
22.5.4.4 Relação entre as fases de constituição do ato administrativo	825
22.5.5 Características/atributos do ato administrativo	826
22.5.5.1 Exigibilidade e executoriedade	827
22.5.5.2 Exequibilidade	828
22.5.5.3 Imperatividade ou coercibilidade	828
22.5.5.4 Efetividade	829
22.5.5.5 Relatividade	830
22.5.6 Subespécies de atos administrativos unilaterais concretos	830
22.5.6.1 Atos administrativos ordinatórios	831
22.5.6.1.1 Instruções	831
22.5.6.1.2 Circulares	832
22.5.6.1.3 Avisos	832
22.5.6.1.4 Portarias	832
22.5.6.1.5 Ordens de serviço	832
22.5.6.1.6 Ofícios	833
22.5.6.1.7 Despachos	833
22.5.6.1.8 Memorandos	833
22.5.6.2 Atos administrativos negociais/receptícios (ou de consentimento)	834

22.5.6.2.1 Licenças.....	835
22.5.6.2.2 Permissão	836
22.5.6.2.3 Autorização	836
22.5.6.2.4 Admissão.....	837
22.5.6.2.5 Registro	837
22.5.6.3 Atos administrativos enunciativos (meramente opinativos e declaratórios).....	837
22.5.6.3.1 Pareceres	839
22.5.6.3.2 Certidões	841
22.5.6.3.3 Atestados	842
22.5.6.3.4 Apostilas ou apostilamentos (averbações)	842
22.5.6.3.5 Autos de infração	842
22.5.6.4 Atos administrativos de controle (de verificação ou confirmatórios) ...	843
22.5.6.4.1 Aprovações.....	843
22.5.6.4.2 Homologações.....	843
22.5.6.4.3 Vistos.....	844
22.5.6.5 Atos administrativos punitivos (ou sancionatórios).....	844
22.5.6.5.1 Advertência ou admoestação pública.....	845
22.5.6.5.2 Multa	846
22.5.6.5.3 Embargo de obras.....	846
22.5.6.5.4 Demolição administrativa	846
22.5.6.5.5 Apreensão ou destruição de coisas.....	847
22.5.6.5.6 Interdições, suspensões ou proibição de atividades	847
22.5.6.5.7 Suspensões de vendas e/ou fabricação de produto.....	848
22.5.6.5.8 Cancelamento de registro de produto.....	848
22.5.6.5.9 Proibições ou suspensões de propaganda e publicidade	849
22.5.6.5.10 Imposição de mensagem retificadora.....	849
22.5.6.5.11 Revogação ou rescisão	849
22.5.6.5.12 Caducidade ou cassação.....	850
22.5.6.5.13 Cancelamento do consentimento estatal para o funcionamento da entidade	850
22.5.6.5.14 Cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimentos	850
22.5.6.5.15 Suspensões ou inabilitações temporárias para o exercício de cargo	851
22.5.6.5.16 Intervenção administrativa	851
22.5.6.5.17 Suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações	852
22.5.6.5.18 Declaração de inidoneidade	852
22.5.6.5.19 Confisco	852
22.5.6.5.20 Inscrição em Cadastros Nacionais de Defesa dos Particulares	853

22.5.6.5.21 Cisão de sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial de atividade	853
22.5.6.5.22 Proibição de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica.....	853
22.5.7 Desfazimento ou extinção dos atos administrativos	854
22.5.7.1 Normal ou natural	854
22.5.7.2 Subjetiva.....	855
22.5.7.3 Objetiva	855
22.5.7.4 Por manifestação de vontade do particular	855
22.5.7.4.1 Renúncia.....	855
22.5.7.4.2 Recusa	856
22.5.7.5 Por manifestação de vontade da Administração	856
22.5.7.5.1 Caducidade ou decaimento	857
22.5.7.5.2 Contraposição ou derrubada.....	859
22.5.7.5.3 Cassação	860
22.5.7.5.4 Nulidade	861
22.5.7.5.5 Revogação	863
22.5.8 Convalidação ou sanatória	868
22.5.8.1 Atos nulos e anuláveis.....	872
22.5.8.2 Vícios insanáveis (atos nulos), sanáveis (atos anuláveis) e ato irregular	873
22.5.8.3 Modalidades de convalidação/sanatória.....	874
22.5.8.3.1 Ratificação do sujeito.....	874
22.5.8.3.2 Reforma da forma	876
22.5.8.3.3 Conversão do objeto.....	877
22.5.8.3.4 Prescrição administrativa e judicial	879
22.5.8.4 Confirmação	880
22.6 Atos administrativos unilaterais abstratos (regulamentos administrativos)	881
22.6.1 Histórico	884
22.6.2 Diferença entre regulamentos e atos administrativos propriamente ditos	885
22.6.3 Tipos de regulamentos	888
22.6.3.1 Regulamentos executivos (secundum legem)	888
22.6.3.2 Regulamentos independentes ou autônomos (praeter o extra legem)...	889
22.6.3.3 Regulamentos de necessidade (contra legem).....	889
22.6.4 Regulamento como norma jurídica e sua relação com as leis.....	889
22.6.4.1 Princípio da supremacia da lei e da reserva da lei	889
22.6.4.2 Princípio da inderrogabilidade singular dos regulamentos	891
22.6.5 Veículos formais adequados para expedição de regulamentos	892

22.6.5.1	Decretos regulamentares ou normativos	892
22.6.5.2	Decretos autônomos	893
22.6.5.3	Regimentos.....	894
22.6.5.4	Resoluções.....	894
22.6.5.5	Deliberações.....	895
22.6.5.6	Portarias de conteúdo genérico	895
22.6.5.7	Instruções normativas.....	895
22.6.5.8	Pareceres normativos	896
22.6.6	Procedimento de elaboração dos regulamentos	896
22.7	Classificação dos atos administrativos unilaterais	898
22.7.1	Quanto aos destinatários (gerais e individuais).....	898
22.7.2	Quanto à situação jurídica gerada (normativos ou concretos)	899
22.7.3	Quanto às prerrogativas ou imperatividade (de império ou de gestão)....	900
22.7.4	Quanto à natureza da relação (de subordinação [de relação]) ou de coordenação (de gestão).....	901
22.7.5	Quanto à liberdade de atuação ou competência (vinculados [ou regradados]) ou subjetivos/autônomos).....	902
22.7.6	Quanto à intervenção da vontade ou à vontade formadora (simples, composta ou complexa).....	903
22.7.7	Quanto aos efeitos (constitutivos ou declaratórios)	906
22.7.8	Quanto à retratabilidade (retratável ou irretratável).....	908
22.7.9	Quanto à repercussão sobre a esfera jurídica do particular (ampliativos ou restritivos)	909
22.7.10	Quanto ao espectro de produção de efeitos (interno ou externo).....	909
22.7.11	Quanto à articulação do objeto (isolado ou articulado)	910
22.7.12	Quanto à relação do objeto (principal, complementar, intermediário, condicionante ou decisório)	910
22.7.13	Quanto à duração dos efeitos (instantâneo ou continuado).....	912
22.7.14	Quanto à forma (escrito, verbal ou simbólico).....	912
22.7.15	Quanto à exequibilidade (perfeito, imperfeito, pendente, suspensivo e consumado)	913

CAPÍTULO XXIII - ATOS ADMINISTRATIVOS BILATERAIS OU MULTILATERAL/PLURILATERAL 915

23.1	Gênero que comporta inúmeras espécies	915
23.2	Contratos administrativos.....	921
23.2.1	Competência legislativa	921

23.2.2 Normas gerais.....	922
23.2.3 Conceito de contratos administrativos	923
23.2.4 Elementos constitutivos do conceito	924
23.2.4.1 Acordo de duas vontades, em que pelo menos uma das partes seja a Administração Pública (agindo nessa qualidade) ou faça as suas vezes (negócio jurídico bilateral).....	924
23.2.4.2 Precedida de licitação.....	926
23.2.4.2.1 Conceito e finalidade.....	930
23.2.4.2.2 Objeto e modalidade de licitação	931
23.2.4.2.2.1 Contratação de bens e serviços especiais e obras e serviços de engenharia comuns e especiais (concorrência)	931
23.2.4.2.2.2 Contratação de bens e serviços comuns, inclusive, serviços comuns de engenharia (pregão, excepcionalmente para esse último, concorrência)	933
23.2.4.2.2.3 Contratação de trabalho técnico, científico ou artístico (concurso).....	937
23.2.4.2.2.4 Alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos (leilão)	938
23.2.4.2.2.5 Locação de bens imóveis (concorrência)	939
23.2.4.2.2.6 Utilização de bens públicos (leilão ou pregão)	939
23.2.4.2.2.7 Delegação de serviços públicos (concorrência, diálogo competitivo, concurso, pregão ou leilão)	940
23.2.4.2.3 Instrumentos auxiliares	948
23.2.4.2.3.1 Credenciamento.....	948
23.2.4.2.3.2 Pré-qualificação.....	950
23.2.4.2.3.3 Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	952
23.2.4.2.3.4 Sistema de Registro de Preços (SRP).....	953
23.2.4.2.3.5 Registro Cadastral	957
23.2.4.2.4 Procedimentos	959
23.2.4.2.4.1 Preparatória (fase interna)	961
23.2.4.2.4.1.1 Submissão da minuta de edital e do contrato à Consulta Pública e convocação à Audiência Pública.....	962
23.2.4.2.4.1.2 Repartição objetiva dos riscos ou matriz de risco	967
23.2.4.2.4.2 Necessidade de publicação e divulgação do edital de licitação	969
23.2.4.2.4.2.1 Princípio da vinculação ao edital	970
23.2.4.2.4.2.2 Possibilidade de alteração do edital	972
23.2.4.2.4.2.3 Pedidos de esclarecimentos e impugnações	976
23.2.4.2.4.3 Apresentação de propostas e lances, quando for o caso.....	976
23.2.4.2.4.3.1 Princípio da imutabilidade das propostas.....	977
23.2.4.2.4.4 Julgamento	978

23.2.4.2.4.4.1	Possibilidade de inversão	979
23.2.4.2.4.5	Habilitação	980
23.2.4.2.4.6	Recursal.....	980
23.2.4.2.4.6.1	Atos da Administração sobre os quais o recurso é cabível	981
23.2.4.2.4.6.2	Procedimento e requisitos formais	981
23.2.4.2.4.7	Homologação	982
23.2.4.2.4.8	Fase externa do rito da contratação direta	985
23.2.4.3	Destinado a criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações	988
23.2.4.4	Constitui uma relação jurídica	989
23.2.4.4.1	Competências extraordinárias em favor da Administração (cláusulas exorbitantes).....	989
23.2.4.4.1.1	Modificação unilateral do contrato	990
23.2.4.4.1.2	Extinção unilateral do contrato	992
23.2.4.4.1.3	Fiscalização	993
23.2.4.4.1.4	Aplicação de sanções	994
23.2.4.4.1.5	Ocupação provisória.....	996
23.2.4.4.2	Restrições à alegação da exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus).....	996
23.2.4.4.3	Teoria dos atos próprios (venire contra factum proprium)	998
23.2.4.4.4	Garantias em favor da Administração.....	999
23.2.4.4.5	Garantias reforçadas em favor dos particulares (equilíbrio econômico-financeiro)	1001
23.2.4.4.5.1	Reajuste	1007
23.2.4.4.5.2	Revisão.....	1010
23.2.4.4.5.3	Atualização e compensação financeira	1013
23.2.4.4.5.4	Repactuação	1015
23.2.4.4.5.5	Pagamento à vista, indenização derivada da responsabilidade objetiva do poder concedente ou extinção do contrato	1016
23.2.4.4.5.6	Aporte ou redução de recursos públicos ou aumento ou diminuição do valor pago.....	1018
23.2.4.4.5.7	Alteração de encargos ou do escopo do contrato e a supressão ou alocação de investimentos.....	1019
23.2.4.4.5.8	Prorrogação ou dilação/extensão do prazo contratual.....	1020
23.2.4.4.5.9	Redução ou aumento dos critérios objetivos de avaliação do desempenho	1023
23.2.4.4.5.10	Compensação com créditos tributários ou isenções/reduções tarifárias ou fiscais	1023
23.2.4.5	Atendendo aos interesses públicos.....	1024

23.2.4.6 Satisfazendo, de modo direto, as necessidades da Administração Pública ou delegando ao particular o exercício de competência pública.....	1025
23.2.5 Características	1025
23.2.6 Execução dos contratos administrativos	1026
23.2.6.1 Subcontratação	1027
23.2.6.2 Substituição	1028
23.2.6.3 Termo aditivo, averbação, apostilamento ou anotação no contrato	1030
23.2.7 Inexecução dos contratos administrativos.....	1031
23.2.7.1 Inexecução culposa (fato da Administração)	1031
23.2.7.2 Inexecução sem culpa (teoria da imprevisão; fato do príncipe; caso fortuito e força maior)	1032
23.2.8 Extinção dos contratos administrativos.....	1035
23.2.8.1 Cumprimento do objeto pactuado	1035
23.2.8.2 Cumprimento por término do prazo ajustado.....	1036
23.2.8.3 Resolução por impossibilidade material ou jurídica do cumprimento do avençado.....	1036
23.2.8.4 Resilição unilateral, bilateral ou por heterocomposição	1037
23.2.8.5 Rescisão judicial.....	1038
23.2.8.6 Nulidade	1038
23.2.9 Contratos em espécies	1040
23.2.9.1 Contratos de obras e serviços de arquitetura e engenharia	1040
23.2.9.1.1 Regime de execução.....	1043
23.2.9.1.2 Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modeling - BIM).....	1045
23.2.9.1.2.1 Atuais modelos de negócio da indústria de arquitetura, engenharia e construção (AEC).....	1045
23.2.9.1.2.2 BIM: um conceito em atualização.....	1048
23.2.9.1.2.3 Os benefícios advindos e os desafios esperados da implementação da tecnologia BIM.....	1050
23.2.9.1.2.4 Implementação do BIM no setor público brasileiro.....	1054
23.2.9.2 Contratos de prestação de serviços em geral.....	1056
23.2.9.3 Contratos de fornecimento	1058
23.2.9.4 Contratos de gerenciamento	1058
23.2.9.5 Contratos de eficiência	1059
23.2.9.6 Contratos de delegação de serviços públicos e de utilização de bens públicos	1060
23.2.9.6.1 Contratos de concessão de serviço público	1060
23.2.9.6.1.1 Qualidade	1060

23.2.9.6.1.2 Preço, reajuste e revisão de tarifas	1061
23.2.9.6.1.3 Direitos e deveres de ambas as partes	1062
23.2.9.6.1.4 Fiscalização	1062
23.2.9.6.1.5 Penalidade	1063
23.2.9.6.1.6 Bens reversíveis	1063
23.2.9.6.1.7 Prorrogação	1064
23.2.9.6.1.8 Prestação de contas	1064
23.2.9.6.1.9 Publicação das demonstrações financeiras.....	1064
23.2.9.6.1.10 Foro e modo amigável de solução das divergências contratuais.	1065
23.2.9.6.1.11 Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão	1065
23.2.9.6.1.12 Responsabilidade.....	1067
23.2.9.6.1.13 Encargos do poder concedente e da concessionária.....	1067
23.2.9.6.1.14 Intervenção	1068
23.2.9.6.1.15 Extinção da concessão.....	1069
23.2.9.6.1.15.1 Advento do termo contratual.....	1069
23.2.9.6.1.15.2 Encampação (ou resgate)	1069
23.2.9.6.1.15.3 Caducidade	1070
23.2.9.6.1.15.4 Rescisão.....	1071
23.2.9.6.1.15.5 Nulidade (anulação ou invalidação).....	1071
23.2.9.6.1.15.6 Falência	1072
23.2.9.6.2 Contratos de PPPs	1072
23.2.9.6.2.1 Prazo de vigência	1072
23.2.9.6.2.2 Penalidade por inadimplemento	1072
23.2.9.6.2.3 Repartição de riscos	1073
23.2.9.6.2.4 Formas de remuneração	1075
23.2.9.6.2.5 Atualidade	1076
23.2.9.6.2.6 Inadimplência pecuniária	1076
23.2.9.6.2.7 Critérios objetivos de avaliação de desempenho	1077
23.2.9.6.2.8 Garantias de execução	1077
23.2.9.6.2.9 Compartilhamento de ganhos econômicos.....	1077
23.2.9.6.2.10 Bens reversíveis	1077
23.2.9.6.2.11 Cronograma e os marcos para o repasse	1077
23.2.9.6.2.12 Contraprestação da Administração nos Contratos de PPPs	1078
23.2.9.6.2.13 Garantias dos contratos de PPPs	1078
23.2.9.6.2.14 Sociedade de propósito específico	1079
23.2.9.6.2.15 Licitação	1080
23.2.9.6.2.16 Dispositivos aplicáveis a União	1083
23.2.9.6.2.16.1 Órgão gestor específico.....	1083

23.2.9.6.2.16.2 Fundo garantidor das PPPs (FGP).....	1084
23.2.9.6.2.17 Valor mínimo	1089
23.2.9.6.2.18 Limite de 1%.....	1089
23.2.9.6.2.19 Arbitragem	1090
23.2.9.6.2.20 Poder Público como financiador	1091
23.2.9.6.2.21 Subsídios cruzados e subsídio público.....	1091
23.2.9.7 Outras espécies de contratos	1092
23.3 Convênios administrativos.....	1093
23.3.1 Variação de nomenclatura e disciplina legal.....	1093
23.3.2 Conceito de convênios administrativos.....	1094
23.3.3 Elementos constitutivos do conceito.....	1094
23.3.3.1 Ato administrativo complexo.....	1094
23.3.3.2 Acordos ou avenças firmados por 2 (dois) ou mais polos, sendo um deles integrantes da Administração Pública.....	1095
23.3.3.3 Para realização de objetivos de interesse comum e que visam à satisfação dos interesses públicos	1095
23.3.3.4 Sem intuito lucrativo	1095
23.3.4 Diferença entre contratos e convênios administrativos.....	1096
23.3.5 Atividades que podem ser objeto de convênio.....	1098
23.3.6 Ausência de personalidade jurídica própria, prévia autorização legislativa e inexistência de licitação	1099
23.3.7 Procedimentalização para celebração	1100
23.3.8 Controle.....	1101
23.4 Contratos de consórcios públicos, de rateio e de programa	1101
23.4.1 Licitações nos consórcios públicos	1106
23.5 Termos de colaboração, de fomento e acordos de cooperação	1106
23.6 Contratos de desempenho	1107
23.7 Contratos de gestão	1108
23.8 Termos de parceria.....	1109
23.9 Contrato de fomento.....	1111
23.10 Acordos tripartites (direct agreement)	1112
23.11 Outros (ajustes, acordos, convenções, tratados, protocolos, etc.).....	1112

CAPÍTULO XXIV - COAÇÃO ADMINISTRATIVA, ATIVIDADE TÉCNICA OU MATERIAL ADMINISTRATIVA, ATOS PRIVADOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, ATOS POLÍTICOS OU DE GOVERNO E ATOS LEGISLATIVOS1115

24.1 Coação administrativa..... 1115

24.1.1 Exigibilidade e executoriedade1117

24.1.2 Tipos de coação administrativa 1120

24.1.2.1 Execução forçosa 1121

24.1.2.1.1 Requisitos 1123

24.1.2.1.2 Meios 1123

24.1.2.1.3 Limites..... 1125

24.1.2.2 Coação direta e imediata 1126

24.1.2.2.1 Casos possíveis de utilização 1129

24.1.2.2.2 Limites..... 1130

24.2 Atividade técnica ou material administrativa..... 1131

24.2.1 Atividades materiais naturais e atividades técnicas ou materiais humanas 1133

24.2.2 Via de fato administrativa 1134

24.3 Atos privados praticados pela Administração 1136

24.4 Atos políticos ou de governo..... 1138

24.4.1 Teoria do motivo político ou da causa subjetiva..... 1139

24.4.2 Teoria da natureza do ato ou da causa objetiva..... 1140

24.4.3 Teorias empíricas e negativas 1142

24.4.4 Concepção atual 1143

24.5 Atos legislativos da Administração..... 1146

24.5.1 Medidas Provisórias 1147

24.5.2 Leis Delegadas 1149

24.5.3 Atos administrativos unilaterais abstratos (ato administrativo legislativo/normativo) 1150

24.6 Atos judicantes (jurisdicionais) da Administração 1153

REFERÊNCIAS1157

ANEXO III

DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS1195